

LEOPOLDO SILVA

Dornelles e Garibaldi ouvem Maria Fernanda, da Caixa, e Lima Neto (D), do BB



Cadastro positivo é apontado como receita para baixar juros

A identificação dos bons pagadores foi uma das sugestões apresentadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica para baixar os juros e combater os efeitos da crise. Aprovado pelo Senado, o mecanismo aguarda votação na Câmara.

página 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 2.984/210 — Brasília, 23 a 29 de março de 2009

EDIÇÃO SEMANAL 

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA



Alimentos básicos como a mandioca não estão garantidos no novo esquema de compras

Agricultura familiar teme prejuízo com MP da merenda

página 6

Mudanças marcam nova fase do Senado

Protocolo de intenções que o Senado assinou com a Fundação Getúlio Vargas marca o início de uma reestruturação profunda, segundo o presidente da Casa, José Sarney. Objetivo é modernizar o trabalho.

página 3

cpp

Código de 68 anos passa por ampla revisão

página 7

pedofilia

Confiança na CPI motiva novas denúncias

página 11

cidadania

Em busca da casa que conserva os recursos naturais

Redução do consumo de energia, reutilização da água da chuva e destinação do lixo a miniusinas que separam o material seco do orgânico são algumas das vantagens de projetos sustentáveis.

página 16

e mais...

agora é lei	4
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



congresso

Proposta sobre rito de MPs encontra resistência

Presidente da Câmara quer permitir votação de matérias, em sessões extraordinárias, mesmo que pauta esteja trancada por medidas provisórias

A proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), de permitir a votação de matérias em sessões extraordinárias enquanto a pauta das sessões deliberativas ordinárias estiver trancada por medidas provisórias (MPs) passará pelo crivo do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Corte, Gilmar Mendes, prometeu, na quinta-feira, decidir rapidamente a questão.

– Não queremos causar insegurança jurídica em relação às MPs – disse o ministro.

A proposta de Temer foi questionada na quarta-feira no STF por partidos da oposição (PPS, DEM e PSDB), que protocolaram mandado de segurança preventivo com pedido de liminar.

Em nota à imprensa, o PPS observou que “as MPs vão continuar trancando de forma seletiva justamente as propostas que mais comumente são de iniciativa dos parlamentares, escancarando, assim, a porta para outras iniciativas do Poder Executivo”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também manifestou discordância com a proposta e com a interpretação de Temer. O senador divulgou, na quinta-feira, nota sobre o assunto. Em discurso no Plenário, Arthur Virgílio disse que a proposta de Temer “diminui o papel das oposições, causando danos, portanto, à democracia”. Disse ainda que a medida pode ser considerada casuística, por colocar nas mãos de poucos a prerrogativa de decidir



Michel Temer (E) acredita ter encontrado solução contra bloqueio da pauta por MPs, mas Arthur Virgílio (D) e partidos de oposição questionam proposta no STF



FOTOS: GERALDO MAGELA

Aprovadas sugestões de mudanças no regimento para agilizar trabalho das comissões

A Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado aprovou na terça-feira propostas que deverão agilizar os procedimentos das comissões permanentes e temporárias. Foram examinadas sugestões sobre tipos e organização, competência, emendamentos e relatoria.

A comissão aprovou proposta que estabelece que o prazo de funciona-

mento das comissões temporárias seja contado a partir da primeira reunião realizada. Outras mudanças aprovadas afetam a forma de convocação do Colégio de Líderes, hoje feita pelo presidente da Casa ou a pedido de 1/3 dos senadores (27). A alteração permitiria também aos líderes que representem número equivalente a 1/3 dos senadores convocarem reunião.

quais matérias serão deliberadas pelo Poder Legislativo.

Arthur Virgílio prometeu tratar do assunto com o presidente do Senado, José Sarney, e com os demais líderes partidários, em reunião a ser realizada nesta terça-feira.

O ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro,

frisou que, caso a proposta venha a ser adotada, dará mais poder ao Legislativo, aumentará a importância do colégio de líderes e exigirá maior esforço de articulação da liderança do governo.

Após a repercussão do assunto, Temer anunciou que aguardará a decisão do STF antes de adotar mudanças nas votações.

Material escolar pode ter isenção de impostos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar nesta semana proposta que isenta materiais escolares do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Entre os itens beneficiados estão cola, artigos de plástico, borracha, pasta e mochila, agenda, caderno, classificador, pincel, lápis, caneta esferográfica e caneta e marcador com ponta de feltro.

O projeto (PLS 160/07) do senador José Agripino (DEM-RN) isenta também esses materiais do pagamento da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, bem como reduz a zero a alíquota do PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação.

Favorável à proposta, o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), acrescentou ao texto artigo que restitui a isenção do pagamen-

to do IPI. Presente na proposta original, o dispositivo havia sido retirado pelo relator na Comissão de Educação (CE), Renato Casagrande (PSB-ES), para quem essa isenção afetaria diretamente os fundos de Participação dos Estados (FPE)

e dos Municípios (FPM). Para Crivella, a retirada da isenção de IPI poderia tornar “inócua a norma”.

– Se o preço do material didático tem sido empecilho à educação, devemos reduzir-lhe a carga tributária – afirmou Crivella.

Para o autor do projeto, a proposta tem o objetivo de combater a evasão escolar no Brasil. Ele salientou também o impacto do custo dos materiais na inflação.

– Em fevereiro deste ano, cerca de 60% do IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor] deveu-se à majoração do material escolar – lembrou Agripino.

Projeto retira IPI, PIS/Pasep e Cofins do custo dos produtos

Gabrielli apresenta planejamento estratégico da Petrobras até 2013

As comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam audiência pública conjunta nesta terça-feira com o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. O dirigente deve falar aos senadores sobre o planejamento estratégico da empresa e seu plano de negócios para o período 2009/2013.

Gabrielli deverá também

prestar esclarecimentos sobre a liberação, pelo Tesouro Nacional, de R\$ 100 bilhões para a ampliação da capacidade de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A proposta de convocar Gabrielli partiu do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e foi aprovada no dia 12 pela Comissão de Infraestrutura.

comissões

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Liminar – Entre os seis itens em pauta, a comissão analisa projeto que altera o Código de Processo Civil para determinar que, antes da expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse, seja consultado órgão público competente para tratar de questão fundiária.

10h – INFRAESTRUTURA E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Petrobras – Audiência pública conjunta com o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, que exporá aos senadores o plano estratégico da instituição para o período de 2009/2013.

11h – EDUCAÇÃO

Livro – O primeiro item da pauta é o projeto que autoriza a criação, no Ministério da Educação, do programa Cesta Básica do Livro.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Saneamento – Na pauta, projeto que determina a inclusão de sistemas de redução de velocidade de escoamento de águas pluviais no planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico.

14h30 – ORÇAMENTO

Eleição – Instalação da nova composição da comissão mista e eleição dos integrantes da Mesa para mandato de um ano (presidente, três vice-presidentes, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, relator-geral do Orçamento e relator da Receita).

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Comunicações – Audiência pública para ouvir o ministro das Comunicações, Hélio Costa, a respeito das diretrizes e programas prioritários do ministério para os próximos dois anos.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Direitos Humanos – A comissão ouve o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sobre os motivos que levaram o Poder Executivo a acionar a Advocacia Geral da União para tratar do caso do menino Sean Ribeiro Goldman, filho de brasileira com norte-americano.

10h – CRISE FINANCEIRA E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Bacen – O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa de audiência pública conjunta para tratar do problema do valor elevado dos *spreads* bancários no país, da desvalorização do real e da política monetária adotada pelo governo para enfrentar a turbulência internacional.

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadores – Os senadores

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Impostos – A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 1/09) que modificou a Medida Provisória 447/08 e altera o prazo de recolhimento de impostos (como o PIS/Pasep) e de contribuições federais, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Quarta-feira

11h – Sessão especial
CNBB – Comemoração dos 45 anos da Campanha da Fraternidade.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

sabatizam três indicações presidenciais de diplomatas: Antonio Fernando Cruz de Mello, indicado para assumir a embaixada do Brasil na Ucrânia e na Moldavia; José Vicente da Silva Lessa, para representar o país na Namíbia; e Arthur Vivacqua Correa Meyer, para São Tomé e Príncipe.

14h – CRISE FINANCEIRA E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Spread – Audiência pública conjunta para ouvir o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa, sobre as operações de crédito, *spread* bancário e taxa básica de juros, a Selic.

institucional

Mão Santa pede diagnóstico dos apartamentos funcionais do Senado

O 3º secretário da Mesa diretora, senador Mão Santa (PMDB-PI), pediu a diretores da Casa, na última sexta-feira, um diagnóstico da situação atual dos apartamentos funcionais do Senado, da reserva técnica (apartamentos da União) e do pagamento do auxílio-moradia aos senadores. Mão Santa quer definir novos critérios.

Ele será o responsável pela supervisão do sistema habitacional do Senado nos próximos dois anos. “Enquanto eu estiver à frente da 3ª Secretaria vou fazer com que todos os preceitos legais sejam atendidos para preservarmos a moralidade”, comprometeu-se.

Na quarta-feira, Mão Santa leu em Plenário ato da Mesa

que define novas atribuições para o colegiado para o biênio 2009/2010 e consolida algumas daquelas já previstas na Constituição e no Regimento Interno. A decisão, conforme anunciou o 1º vice-presidente, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), faz parte do conjunto de medidas que a Casa vem adotando para modernizar o processo legislativo e conferir transparência à administração de seus recursos.

Entre as novidades, passam a ser atribuições do 2º secretário controlar o fornecimento de requisições de passagens de transporte aéreo aos senadores. Ao 4º secretário vai competir providenciar passaportes diplomáticos e solicitar notas de visto ao Itamaraty.

No Plenário, senadores elogiam as medidas para reduzir gastos na Casa

As medidas para a redução de gastos no Senado (*veja quadro nesta página*), anunciadas em discurso pelo 1º secretário Heráclito Fortes, foram elogiadas por diversos senadores.

Renan Calheiros (PMDB-AL) questionou “a quem interessa esta agenda”, lembrando que o Senado economizou R\$ 200 milhões no ano passado com a proibição de convocações extraordinárias.

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu o estabelecimento de critérios claros para a utilização dos benefícios inerentes ao cargo de senador, como passagens aéreas, despesas médicas, postais e telefônicas.

Delcídio Amaral (PT-MS) disse

que o Senado está vivendo “uma oportunidade ímpar de arejar a sua estrutura administrativa”. Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou que as denúncias divulgadas pela imprensa ultimamente passem à sociedade a imagem de que os senadores agem na ilegalidade.

João Ribeiro (PR-TO) contestou informações divulgadas pela imprensa a seu respeito quanto à utilização da verba indenizatória e considerou o fato de os senadores terem que explicar o uso de benefícios que lhes são garantidos “é um desrespeito com o mandato parlamentar”.

José Agripino (DEM-RN) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) questionaram a quantidade de diretores do Senado, que chegariam a 181.

FGV promete resultados em seis meses. Simon quer acompanhar

O coordenador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Biano Cavalcanti, disse que em no máximo seis meses poderá apresentar os primeiros resultados do protocolo de intenções assinado entre a instituição e o Senado, para, entre outros objetivos, fazer uma auditoria administrativa na estrutura da Casa. O acordo prevê um trabalho de mapeamento administrativo de toda a estrutura do Senado.

– Não nos cabe fazer uma

auditoria financeira, mas sim administrativa, incluindo custos de economicidade e benefícios para o Senado – explicou.

Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que se forme uma comissão de senadores para acompanhar o grupo de trabalho da FGV e disse que gostaria de participar dessa comissão. Ele ressaltou que, com 30 anos de mandato, se sente responsável pela situação em que se encontra a Casa.

Modernização e eficiência

As nove áreas que serão alvo do trabalho da FGV

- auditoria administrativa
- avaliação de políticas públicas
- desenvolvimento institucional
- planejamento e execução de avaliação de recursos humanos
- sistemas de gestão de recursos humanos
- programas de treinamento e desenvolvimento
- programas de certificação de recursos humanos
- sistemas de avaliação e monitoramento de processos e de resultados
- economicidade dos diversos sistemas da instituição

Senado está vivendo nova fase, diz Sarney

Desde a posse, em 2 de fevereiro, presidente da Casa tomou 19 medidas destinadas a promover economia e modernizar estrutura administrativa

A série de medidas anunciada desde o início da atual gestão do Senado para reduzir gastos e modernizar a administração marca uma nova fase da Casa e aponta para uma reestruturação profunda. A avaliação é do presidente José Sarney, ao assinar protocolo de intenções com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para auditoria

administrativa.

Desde que foi eleito para o cargo, em 2 de fevereiro, Sarney e o 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciaram 19 mudanças administrativas, a maioria resultando em redução de gastos.

A primeira delas foi um corte linear de 10% no orçamento de custeio e investimento. A mais

recente foi o corte de 50 diretorias e a convocação de candidatos aprovados em concurso público no ano passado.

– São providências destinadas não só a cortar despesas, mas também a um melhor aproveitamento dos trabalhos – afirmou José Sarney.

Veja nesta página mais detalhes sobre as mudanças.



Observado por Heráclito (E), representante da FGV e Marconi Perillo, Sarney assina o protocolo de intenções

Veja abaixo as medidas já anunciadas

- Corte linear de 10% no orçamento de custeio e investimento da instituição
- Proibição de pagamento de cursos para funcionários fora de Brasília (economia de R\$ 1,5 milhão)
- Suspensão de obras em curso, até que se faça avaliação de prioridades (economia de R\$ 6 milhões)
- Corte nas contas de telefone
- Redução de aquisições e demais contratações de serviços (economia de R\$ 37 milhões)
- Implantação de ponto eletrônico para funcionários
- Registro diário de horas extras no sistema de gestão de recursos humanos
- Limitação de pagamento de hora extra para trabalho realizado somente após as 18h30
- Divulgação na internet dos comprovantes de gastos feitos pelos senadores com recursos da verba indenizatória
- Sindicância para investigar casos de nepotismo na contratação de mão-de-obra terceirizada
- Convênio com a FGV para realização de auditoria administrativa, planejamento e avaliação de recursos humanos, avaliação e monitoramento de processos e resultados e economia nos diversos serviços do Senado
- Exoneração de 50 ocupantes dos cargos de direção ou função equivalente na estrutura administrativa
- Extinção imediata de 50 cargos de direção ou função equivalente, com apresentação de plano de redução adicional de cargos
- Nomeação imediata dos candidatos aprovados no concurso público na área de Comunicação Social
- Redução do quadro de terceirizados da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs)
- Convocação dos candidatos classificados nas demais áreas do concurso público
- Recolhimento dos veículos à disposição de diretores
- Criação de comissão técnica especial para analisar e propor as alterações necessárias aos contratos para fornecimento de mão-de-obra terceirizada
- Diagnóstico da situação dos apartamentos funcionais e do pagamento do auxílio-moradia

Heráclito corta 50 cargos, convoca concursados e reduz terceirizados

A lista das 50 primeiras exonerações de funcionários que ocupavam cargos de direção ou funções de chefia na estrutura administrativa do Senado foi divulgada na sexta-feira pelo 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), e pelo diretor-geral, Alexandre Gazineo.

Segundo o diretor, com a medida a Casa economizará cerca de R\$ 400 mil por mês. O critério usado para determinar as estruturas que seriam extintas foi o da “capilaridade”. Heráclito ressaltou que o propósito é reduzir as diretorias “aos números tradicio-

nais”, enxugando a estrutura que cresceu nos últimos 12 anos.

O senador determinou ainda a nomeação imediata dos aprovados no concurso público na área de Comunicação Social, acompanhada da redução do número de terceirizados. Em seguida, serão convocados os classificados nas demais áreas.

Heráclito também pedirá ao corregedor Romeu Tuma (PTB-SP) que promova uma sindicância para investigar denúncias de nepotismo: funcionários efetivos teriam indicado parentes para contratação terceirizada.

Congresso gastou menos em 2008

Os gastos com o Congresso Nacional na despesa da União com pessoal caíram 0,3 ponto percentual em 2008 com relação a 2007, de acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de janeiro deste ano. Esse é o segundo ano consecutivo de redução nessas despesas. Em 2008, o Poder Legislativo foi responsável por 4,1% do total de gastos da União com pessoal.

decisões



Reunião da CCJ há duas semanas: Wellington Salgado, Demostenes Torres e Clodovil Hernandes

CCJ aprova projeto em homenagem a Clodovil

Enteado ou enteada agora podem pedir ao juiz para incluir o nome de família da madrasta ou do padrasto na certidão de nascimento

A memória do deputado federal Clodovil Hernandes (PR-SP) foi homenageada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com a aprovação de projeto apresentado por ele que autoriza o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta. Depois de sofrer um acidente vascular cerebral (AVC), Clodovil teve parada cardíaca e morreu na última terça-feira em Brasília.

Pela proposta, o enteado po-

derá requerer ao juiz autorização para averbação no registro de nascimento do nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que com sua expressa concordância. Clodovil argumentava que muitas vezes a relação entre o enteado e seu padrasto é tão profunda quanto a que liga pai e filho.

A relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), pediu urgência no exame do projeto (PLC 115/07) e destacou a atuação de Clodovil como estilista, comunicador e

político. José Agripino (DEM-RN) observou que o deputado, “polêmico e corajoso, disse algumas inconveniências, mas também muitas verdades”.

Wellington Salgado (PMDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Demostenes Torres (DEM-GO) também homenagearam Clodovil e elogiaram a proposta.

Senado levanta sessão em respeito ao deputado

A pedido de vários senadores, a sessão plenária da quarta-feira foi levantada em homenagem ao deputado Clodovil Hernandes, falecido na terça-feira em Brasília.

O líder do PT, Aloizio Mercadante, afirmou que o deputado tinha “gosto pela polêmica”.

— É evidente que nem todos concordavam com ele; inclusive eu mesmo não concordava com muita coisa. Faz parte da democracia, no entanto, o direito de dizer. Mas ele tinha coragem, alegria — disse.

Heráclito Fortes (DEM-PI) destacou que Clodovil “muitas vezes pagava preço alto por suas atitudes, mas assumia a responsabilidade”. Já Marco Maciel (DEM-PE) enalteceu o deputado por sua vocação para a vida pública. Marcelo Crivella elogiou Clodovil por assumir publicamente sua homossexualidade. Gerson Camata (PMDB-ES), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) uniram-se à homenagem. Alvaro, no entanto, protestou contra a suspensão dos trabalhos em razão do falecimento de parlamentares.

PUNIÇÃO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou na quinta-feira proposta que permite a declaração de inaptidão, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), de distribuidores e postos de abastecimento que comercializarem combustível adulterado. O projeto (PLS 96/05), de Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovado em decisão terminativa.

DIREÇÃO

A indicação de Tiago Pereira Lima para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) foi aprovada pela CI e segue para o Plenário. Ele enfatizou a necessidade de a Antaq trabalhar em cooperação com outros órgãos, especialmente com o Ibama, a Secretaria Especial dos Portos e o Congresso, para que o potencial hidroviário nacional possa ser mais bem aproveitado.

EMPRÉSTIMO E TRIBUTO

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que exige a presença do tomador do empréstimo consignado para formalização da operação por meio de assinatura de contrato específico. O projeto (PLS 641/07) segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Outra proposição aprovada pela CAS, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), permite a compensação de débitos e créditos previdenciários com os demais tributos administrados pela Receita Federal, mediante entrega de declaração do próprio contribuinte à Receita.

JORNALISTA

O dia 7 de abril poderá ser o Dia Nacional do Jornalista, de acordo com projeto (PLC 169/08) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A CE discutiu também projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza o Executivo a criar o programa Cesta Básica do Livro nas escolas públicas de ensino fundamental e médio (PLS 278/08). A votação foi adiada a pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Outro projeto com votação também adiada por pedido de vista, prevê a isenção de IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição de veículos para transporte coletivo de estudantes.

CONTABILIDADE

Emenda apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para retirar do Projeto de Lei do Senado 566/07 artigo que estabelece cobrança de R\$ 280 pelos serviços prestados pelos conselhos regionais de Contabilidade foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais. O relator, Adelmir Santana (DEM-DF), favorável à emenda, considera que a criação de taxas por serviços não deve ser objeto de lei, mas de resoluções dos conselhos profissionais. O projeto, assim, deve tratar somente da fixação e da cobrança de contribuições de interesse das categorias profissionais.

crise

Socorro a grandes frigoríficos divide setor produtor de carne

A ajuda do governo a grandes frigoríficos dividiu opiniões durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na terça-feira. Em favor do socorro, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Roberto Giannetti da Fonseca, lembrou que uma queda nas exportações, devido à falta de crédito e à retração do mercado internacional, afetaria toda a cadeia da pecuária bovina.

— Se não vier ajuda para a exportação, todos os elos da cadeia serão afetados — disse, destacando que o Brasil vende para 150 países e detém 33% das exportações mundiais de carne.

Questionado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), Fonseca afirmou não ter dados sobre o total das dívidas dos 21 frigorífi-

cos associados à Abiec.

— Como o governo vai trabalhar sem conhecer o tamanho do problema? Se não tivermos um diagnóstico, não poderemos resolver a crise — questiona Osmar Dias.

O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), também defendeu a necessidade de delimitação da crise enfrentada pelas indústrias do setor.

Já o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, negou que o governo federal tenha um pacote de socorro à cadeia produtiva de carne e convidou pecuaristas, frigoríficos e exportadores a discutirem saídas, juntamente com o governo, endossando o alerta feito por Osmar Dias de que é preciso levantar o quanto e para quem se deve antes de se definir qualquer medida para o setor.

CAS vai ouvir ministros sobre gastos sociais

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, será convidado a debater na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a distribuição dos recursos na área social e de saúde, assim como os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Previdência Social, José Pimentel; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; e da Saúde, José Gomes Temporão, este último para falar sobre o programa Mais Saúde, o chamado PAC da Saúde.

Blocos partidários indicam senadores para CMO em 2009

Os senadores indicados para a Comissão de Orçamento: pelo bloco PSDB/PMDB — Efraim Morais (DEM-PB), Jayme Campos (DEM-MT) e Cícero Lucena (PSDB-PB); pelo PMDB/PP — Francisco Dornelles (PP-RJ), Almeida Lima (PMDB-SE) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO); pelo Bloco de Apoio ao Governo — João Ribeiro (PR-TO), Augusto Botelho (PT-RR), João Vicente Claudino (PTB-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF); e pelos partidos minoritários, José Nery (PSOL-PA).

agora é lei

Airbag será obrigatório em todos os veículos novos no país

O presidente Lula sancionou a Lei 11.960/09, que torna obrigatório o *airbag* para o motorista e o passageiro do banco da frente nos veículos novos. A bolsa inflável de segurança, já comum nos carros de luxo, é acionada no momento de uma colisão, evitando o choque direto das pessoas com o painel ou o vidro do veículo. Pela nova lei, o *airbag* será exigido num prazo de até um ano para carros de modelos que forem lançados pelas fábricas, e cinco anos para veículos zero quilômetro de modelos já existentes.

Na sua proposta, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirma que o item chega a reduzir em torno de 30% o risco de morte em uma colisão frontal direta nos acidentes de veículos. Caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definir um cronograma de implantação com

especificações técnicas.

A proposta foi discutida no Congresso durante cinco anos. O autor do projeto acredita que o *airbag* não deverá onerar de forma expressiva o preço final dos veículos. Azeredo acredita ainda que, a partir da generalização do uso do equipamento, haverá uma tendência de seu barateamento. Hoje, a instalação de um *airbag* eleva em mais de 10% o valor do carro popular, por isso, o consumidor acaba escolhendo não instalar o opcional.

“Essa é uma vitória do consumidor. Está em curso no Brasil um processo de conscientização em torno da importância da segurança dos veículos”, disse Azeredo. Ele reforça que a obrigatoriedade do uso do equipamento de segurança se estenderá também aos carros populares, beneficiando consumidores de menor renda.

crise

BB e Caixa defendem cadastro positivo

Presidentes dos dois maiores bancos oficiais acham que aprovação de projeto pode ajudar a diminuir as taxas de juros cobradas no país

Os presidentes do Banco do Brasil, Antônio de Lima Neto, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, defenderam no Senado a aprovação pelo Congresso da legalização do chamado "cadastro positivo" de bons pagadores como um dos caminhos para reduzir os juros cobrados dos consumidores. O projeto está em discussão na Câmara dos Deputados.

Em debate realizado nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, os dois afirmaram que a portabilidade da conta corrente dos servidores públicos (que vão poder escolher em qual banco querem receber os salários), a partir de fevereiro de 2012, também contribuirá para a queda dos juros.

Os presidentes da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e da Comissão da Crise, Francisco Dornelles (PP-RJ), decidiram

promover debates sobre taxas de juros para apresentar sugestões ao Congresso sobre o tema.

Antônio de Lima Neto informou que a inadimplência é responsável por 38% do *spread* – diferença entre a taxa de juros paga a quem investe e aquela cobrada pelo banco. Ele acredita que a inadimplência entre as pessoas do cadastro positivo deverá ser "bastante reduzida", refletindo nas taxas de juros para essas pessoas.

Maria Fernanda lembrou que, graças ao crédito consignado no serviço público (a prestação do empréstimo é paga ao banco diretamente pelo órgão público), existem bancos que baixaram suas taxas para 0,99% ao mês. A presidente da Caixa informou ainda que, mesmo com a elevada inadimplência, a Caixa e o BB cobram as menores taxas de juros dos consumidores, conforme levantamento do Procon: 4,39% e 4,6% ao mês nos empréstimos pessoais, respectivamente.

Senadores sugerem medidas para mudar cenário de juros elevados

Vários senadores opinaram sobre os caminhos que podem levar a uma queda nos juros que os bancos cobram dos correntistas. Aloizio Mercadante (PT-SP) acredita que "só a concorrência entre os bancos irá baixar os juros" e lamentou que esteja ocorrendo concentração no setor bancário com a crise financeira.

João Tenório (PSDB-AL) levantou dúvidas sobre a importância da inadimplência, apontada pelos bancos, nos elevados juros cobrados dos consumidores e correntistas, "que chegam a absurdos 192% ao ano no cheque especial".

Marcelo Crivella (PRB-RJ)

sugeriu que o governo faça uma campanha educativa para levar o consumidor a procurar os bancos e as financeiras que têm os juros mais baixos. Ele propôs ainda, para reativação da indústria, que os bancos oficiais ofereçam financiamentos de móveis e eletrodomésticos às pessoas que tomam empréstimo para construção ou compra da casa própria.

Na avaliação do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o governo deveria reduzir o percentual referente às captações em depósito à vista e a outros títulos contábeis e diminuir os impostos que incidem sobre o *spread* bancário.

Defesa da regulação contra o *spread* bancário domina debate

A tônica do debate da semana passada foi a necessidade de regulação do *spread* bancário. A questão foi levantada pelo coordenador do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Antoninho Marmo Trevisan, que atribuiu a essa cobrança a responsabilidade por parte da atual crise.

Como o peso do *spread* acaba recaindo sobre o setor produtivo, que tem lucro entre 7% e 12% ao ano e se vê, no entanto, obrigado a arcar com uma taxa de até 40% na contratação de empréstimos bancários, Trevisan aponta a tendência de

quebra de muitas empresas se essa disparidade persistir. Essa preocupação foi compartilhada pelos expositores José Lopez Feijó e Paulo Godoy, também integrantes do Comitê de Monitoramento da Crise do CDES.

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no conselho, Feijó atribuiu a alta taxa ao fato de os bancos provisionarem volume significativo de recursos para cobrir eventual inadimplência nos empréstimos. O conselheiro também sugeriu ao Senado que proponha uma regulamentação para o sistema financeiro que o obrigue a dar suporte à produção.



Dornelles e Garibaldi (ao centro), entre os presidentes da Caixa, Maria Fernanda Coelho, e do Banco do Brasil, Lima Neto: questão do *spread* dominou os debates que envolveram diversos senadores

Concessão de créditos cresce, dizem bancos

A evolução do crédito concedido pela Caixa e pelo BB para todos os setores, especialmente a partir de setembro de 2008, mostra que houve crescimento nos empréstimos, afirmaram os presidentes dos dois bancos.

Maria Fernanda Coelho disse que a instituição emprestou a pessoas físicas R\$ 31,6 bilhões em 2008 (crescimento de 14,2%). Já às empresas o total chegou a R\$ 37,8 bilhões (46,8% a mais). Apenas para o setor de habitação, os empréstimos saltaram para R\$ 24,3 bilhões (aumento de 15%). Até 10 de março de 2009, já foram concedidos créditos totalizando R\$ 5 bilhões, equivalente ao concedido em todo o ano de 2003. Já o presidente do Banco do Brasil afirmou que a meta de conceder R\$ 200 bilhões em crédito até outubro do ano passado foi ultrapassada no mês de junho. Em outubro, atingiu R\$ 212 bilhões.

Adelmir Santana adverte que micro e pequenas precisam de dinheiro

As linhas de crédito dos bancos vinculados ao governo federal "não estão chegando às micro e pequenas empresas", afirmou Adelmir Santana (DEM-DF), que sugeriu a fixação dos percentuais de recursos a serem destinados a esse segmento.

– Isso é fundamental, pois uma forma de manter os empregos em meio a essa crise é a "irrigação" dos pequenos negócios – disse o senador aos presidentes do BB e da Caixa.

Adelmir ainda elogiou a regulação da indústria dos cartões

de crédito pelo Banco Central, uma das medidas de um pacote anunciado pelo governo federal com o intuito de reduzir o *spread* bancário e facilitar o acesso ao crédito. A fiscalização é importante, afirmou o senador, porque a indústria dos cartões é concentrada – no Brasil, a participação das três bandeiras chega a 90%.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o Brasil tem que fazer uma inflexão e inovar, procurando uma saída para a crise não só no campo das finanças e da economia.

Virgílio critica taxas e Simon cobra números da inadimplência

Ao cobrar números da inadimplência decorrente da crise, Pedro Simon (PMDB-RS) requisitou dados relativos ao peso, nas receitas totais, das operações com cheques especiais e cartões de crédito, assim como o índice de inadimplência relativo a elas, no BB e na Caixa.

O presidente do BB prometeu enviar os dados diretamente a Simon. Já a presidente da Caixa informou apenas que as operações representam "de 4,3% a 7,7% das receitas", levando em consideração a situação em dezembro de 2008.

Sobre os efeitos da redução nos depósitos compulsórios nas taxas de juros, Lima Neto observou que essa diminuição teve repercussão apenas em operações interbancárias, não interferindo nas taxas para operações com pessoas físicas, por exemplo.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) quis saber por que o governo não obriga os bancos oficiais a baixarem os juros ao ponto considerado ideal pelo presidente Lula. Os dois executivos alegaram que os bancos trabalham com taxas diferenciadas dependendo do público a ser atingido.

merenda



Hora da merenda em escola pública de Mato Grosso: mudanças da MP baixada pelo governo foram alvo de duras críticas

MP da merenda muda compra de alimentos

Críticos acreditam que as novas regras vão prejudicar a agricultura familiar e piorar o serviço, que é oferecido a 41 milhões de alunos da rede pública

O governo federal mudou o programa de merenda escolar. Se por um lado a medida provisória (MP 455/09) estendeu a merenda aos estudantes do nível médio, de outro provocou severas críticas, inclusive do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), por permitir que o serviço seja terceirizado e que a totalidade dos alimentos possa ser comprada de grandes produtores rurais e indústrias, prejudicando a agricultura familiar.

A principal novidade da MP em análise na Câmara dos Depu-

tados é a extensão da oferta de merenda escolar aos estudantes do nível médio, estabelecendo o serviço como um direito de todos os alunos da educação básica pública. De acordo com o MEC, o número de estudantes atendidos subiu de 34,6 milhões em 2008 para 41,9 milhões, em 2009, e o investimento na merenda saltará de R\$ 1,49 bilhão em 2008 para R\$ 2,02 bilhões neste ano.

Outra das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) estabelecidas pela MP é a preferência na aquisição de alimentos produzidos pela agri-

cultura familiar. O nutricionista responsável definirá o cardápio, e pelo menos 30% dos alimentos devem ser adquiridos de agricultores familiares. No entanto, o percentual só será obrigatório caso haja emissão de nota fiscal, fornecimento regular e condições higiênico-sanitárias adequadas.

A medida provisória permite também que estados e municípios descentralizem a compra dos alimentos, e que os estados autorizem os municípios a atenderem os alunos dos estabelecimentos estaduais de ensino localizados na sua jurisdição.

Pequeno produtor teme mudanças e prejuízos

Célio Alarcão, proprietário da fazenda Desterro, no núcleo rural do Curralinho (DF), tem medo de que as novas regras para a compra dos alimentos da merenda escolar sejam uma ameaça ao seu pequeno negócio.

Ele mora e trabalha com a esposa e a filha na propriedade de 100 hectares, onde emprega outras três pessoas na produção de milho, para consumo próprio, e de leite e frango, que vende ao governo do Distrito Federal.

De acordo com o produtor, o ne-

gócio com o GDF não é tão bom (ele recebe apenas 50% do preço de mercado, ainda assim com muito atraso), mas é garantido. O temor de Célio é de que o GDF pare de comprar porque ele não consegue entregar sempre a mesma quantidade de produto o ano inteiro, como exige a MP 455:

– A gente produz um mês mais, outro mês menos. Não dá para garantir uma quantidade regular. Com essa mudança, não vai sobrar é nada para nós no fim da história – afirma.

Agricultura familiar fornece boa parte dos alimentos consumidos

82,8% da mandioca
59% de suínos
58,9% do feijão
55,4% do leite
47,9% de aves e ovos
43,1% do milho
41,3% do arroz

Fontes: IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sebrae

“Essa coisa toda está cheirando muito mal”, alerta senador

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), membro da Comissão de Constituição e Justiça, se disse surpreso e intrigado com a tramitação conjunta dos dois projetos, ambos com origem no Executivo

Como o senhor vê a apresentação de uma MP quando já havia projeto do governo sobre o mesmo assunto tramitando no Senado?

Antonio Carlos – Acho que por trás dessa medida provisória (MP) há interesse de grupos maiores. O governo não ia editar uma medida dessas tendo ele próprio apresentado um projeto quase idêntico, já aprovado na Câmara inclusive. Se o próprio Consea e outros órgãos que ajudaram a elaborar o PLC discordam da medida provisória, é sinal de que a Casa Civil fez uma intervenção paralela, que precisa ser explicada.

Procede a preocupação de entidades ligadas à agricultura familiar de que esse setor seja prejudicado?

Essa coisa toda está cheirando muito mal. O PLC 178 é categórico quando determina

que pelo menos 30% dos alimentos devem vir da agricultura familiar. Agora vem a MP 455 e coloca uma série de exigências? E quem vai saber se o agricultor de fato não está cumprindo as exigências se o comprador disser que não está? Está claro que a MP foi editada atendendo a interesses não explicados e que o governo agora vai trabalhar pela rejeição do PLC 178.

Ao contrário do PLC, a MP 455 não impede a terceirização. O senhor pensa que isso pode melhorar o programa?

Penso que essa descentralização pode ser outra fonte de falcatruas e concentração de contratos onde corra dinheiro. No momento em que você descentraliza, aumenta a chance de falcatrua. O ente público já não é seguro, imagine terceirizando.

MP tramita na Câmara, mas projeto de deputado já chegou ao Senado

Além da MP 455/09, e também sobre o programa de merenda escolar, está sendo analisado pelo Senado o PLC 178/08, apresentado pelo deputado Elismar Prado (PT-MG) e relatado por Nazareno Fonteles (PT-PI). Fonteles apresentou, ainda na Câmara, um substitutivo no qual incluiu, na íntegra, uma proposta do Executivo (PL 2.877/08).

Aprovado, o PLC 178 seguiu ao Senado, onde está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relatoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O projeto deverá ainda ser examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, e de Educação.

Já a MP 455 tramita na Câmara em caráter de urgência, onde recebeu 70 emendas. O PT e o PMDB prometem disputar a relatoria. Entre os candidatos está o próprio Elismar Prado, autor do PLC 178.

Veja como tramitam as medidas provisórias

As MPs têm força de lei desde o momento em que são editadas pelo governo e valem por 60 dias, podendo ser prorrogadas por outros 60, se o Congresso não analisá-las nos primeiros dois meses.

Recebida a MP na Câmara (é sempre lá que começa a tramitação), se em 45 dias a Câmara e o Senado não tiverem votado, ela passa a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando. Se uma das Casas rejeitar a MP ou se ela não for votada em 120 dias, deixa de vigorar. Aí o Congresso tem que baixar um decreto legislativo para resolver situações que a MP tiver gerado durante sua vigência.

Diferenças entre as propostas do Executivo são o alvo principal das críticas do Consea

MP 455/09	PLC 178/08	As críticas
Preferência pela agricultura familiar – obriga que 30% dos alimentos sejam adquiridos de agricultores familiares, mas dispensa essa exigência se não houver: emissão de nota fiscal; fornecimento regular e tempestivo; condições higiênico-sanitárias adequadas	Não contém essas condições e exige que a compra seja feita diretamente do agricultor familiar	O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de assessoramento do presidente Lula, considera que essas condições acabarão por diminuir ou inviabilizar a participação dos agricultores familiares no fornecimento de merenda, favorecendo os grandes produtores e indústrias. O Consea manifestou-se publicamente contra a MP, por meio de uma exposição de motivos ao presidente
Terceirização – atribui responsabilidades à União e aos estados e municípios de forma geral, sem especificar quem deve comprar, preparar e fornecer os alimentos	Determina que a “aquisição, o preparo e a distribuição da alimentação escolar deverão ser realizados por ente público”	A MP, ao não impedir, permite que a merenda seja terceirizada e se deteriore, sendo transformada em objeto de lucro. O coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional da Câmara, deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), apresentou duas emendas para impedir a terceirização
Cardápio – deixa a critério do nutricionista, que precisa respeitar apenas regras gerais	Define o que são alimentos básicos e prioriza a aquisição daqueles que possam ser consumidos em estado natural ou semielaborados	A MP abre brecha para a aquisição em larga escala de alimentos industrializados, de baixo valor nutricional e alto custo, favorecendo ainda mais a terceirização, argumenta o Consea

processo penal

DADO GALDIERI/FOLHA-IMAGE



Ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, envolvido no escândalo do TRT-SP: prisão especial e, depois, prisão domiciliar

Anteprojeto completo será apresentado em abril

A comissão externa de juristas encarregada pela Presidência do Senado de elaborar anteprojeto de um novo Código de Processo Penal (CPP) deve apresentar seus resultados ainda em abril. Em seguida, o documento será submetido a uma consulta pública.

O texto do relator, o procurador da República Eugenio Pacelli, assim como o PLC 111/08 (veja quadro abaixo) devem pedir a extinção da prisão especial para pessoas com diploma de nível superior, a limitação do prazo máximo para as pri-

sões preventivas, bem como as circunstâncias em que ela pode ser utilizada.

Um texto que visa substituir integralmente o atual CPP, o anteprojeto também propõe a instituição do juiz de garantias, que participaria apenas da fase de investigação, não sendo responsável pela sentença.

Segundo o consultor legislativo do Senado para as áreas de Direito e Processo Penal Fabiano Silveira, foram muitas as fontes consultadas, do Brasil e do exterior, até a comissão chegar a um anteprojeto final. Ele revelou

que as recentes alterações no CPP, como as três leis sancionadas em 2008, foram preservadas naquilo que não se chocassem com a concepção de Processo Penal adotado pela comissão.

Pela abordagem adotada, a comissão buscou delimitar o papel de cada uma das autoridades envolvidas no processo penal: o juiz, e representantes do Ministério Público e da polícia judiciária.

– Estivemos sempre muito atentos para esses papéis e sua preservação, sem interferências de parte a parte – explicou.

Reforma do CCP teve início em 2000

Os projetos de reforma do CPP já aprovados ou em adiantada tramitação no Congresso tiveram origem no trabalho de uma comissão de juristas formada em janeiro de 2000 pelo Ministério da Justiça. Naquela ocasião, foram elaborados sete projetos de lei (veja abaixo) para reformar áreas específicas do CPP.

Para alterar a legislação no que diz respeito às medidas cautelares, às prisões e às liberdades provisórias, além do sistema de fiança (PLC 111/08), os juristas

notaram que as reformas pontuais desfiguraram a concepção original do sistema e da sua estrutura.

Também faltava adequar o texto ao sistema de garantias individuais da Constituição de 1988 (liberdade provisória e a prisão). A proposta incluiu explicitamente no código a determinação constitucional de que ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada do juiz.

Dessa forma, passariam a

existir somente as prisões em flagrante, as temporárias e as por sentença final. As prisões em decorrência de sentença condenatória deixam, então, de existir, por estarem em conflito com o artigo 5º da Constituição.

A solução oferecida foi propor o aumento das possibilidades de adoção de medidas cautelares, antes centradas na prisão preventiva e na liberdade provisória sem fiança, cabendo ao juiz impor diversas obrigações ao acusado.

Senado está empenhado em modernizar o velho código

Projetos aprovados pela CCJ antecipam grande reforma que deverá ser proposta, em abril, por comissão externa de juristas

Quando a sociedade se mostra insatisfeita diante da notícia de que uma pessoa acusada de um crime consegue, por brechas na lei, adiar seu julgamento e, assim, evitar a prisão ou outra punição, os olhos se voltam ao sexagenário Código de Processo Penal (Lei 3.689, de 1941), acusado de ultrapassado, incoerente e ineficaz.

Por esse motivo, o Congresso e, mais especificamente o Senado, vem empreendendo desde o início deste ano uma verdadeira blitz para modernizar a legislação, torná-la mais eficiente e harmônica com os tempos atuais e com a Constituição de 1988.

Enquanto a comissão de juristas constituída no ano passado pela Presidência do Senado a pedido do senador Renato Casagrande (PSB-ES) anuncia que vai apresentar já em abril um anteprojeto completo de um novo CPP, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida

pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), já aprovou um projeto e deve votar em breve outros dois encaminhados ao Congresso pelo Executivo em 2001 (veja quadro abaixo), destinados a aperfeiçoar a legislação. Demostenes também é o relator das três propostas.

Na semana passada a comissão aprovou o projeto (PLC 111/08) que sistematiza e atualiza a parte do CPP que se refere à prisão, às medidas cautelares e à liberdade provisória. A matéria está em Plenário, para onde a comissão de juristas já encaminhou os subsídios que reuniu sobre o tema, que inclui a restrição à prisão especial (veja ao lado).

Mais dois projetos (PLCs 8/09 e 205/08) estão nas mãos de Demostenes para elaboração de parecer na CCJ. Já aprovadas pela Câmara, as propostas concentram-se, respectivamente, nos recursos e na fase de investigação criminal.

Alguns pontos do texto de Demostenes já aprovado pela CCJ

➔ A **prisão especial** fica limitada a: ministros de Estado, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, membros das Forças Armadas, magistrados, delegados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; membros dos tribunais de contas e cidadãos que já tiverem exercido a função de jurado. Perdem o direito pessoas com curso superior, padres e outros líderes espirituais e cidadãos com títulos recebidos pela prestação de relevantes serviços.

➔ É permitido o uso de pulseira ou tornozeleira, para **monitoramento eletrônico** de detentos liberados em momentos especiais, como o Dia das Mães e o Natal.

➔ Os **valores de fiança** são atualizados, especialmente para quem cometer crime do colarinho-branco, caso em que pode chegar a R\$ 93 milhões. A possibilidade de fiança somente existiria nos casos de infração cuja pena de prisão mínima seja inferior a quatro anos.

➔ A **prisão preventiva** terá duração máxima de 180 dias e só será determinada quando não for cabível a sua substituição por outro tipo de medida cautelar. Dois dos casos em que pode ser decretada a prisão preventiva são a prática de crime doloso com pena máxima de prisão superior a quatro anos e a existência de condenação final

(transitada em julgado) por outro crime doloso. A prisão preventiva poderá ainda ser decretada se ocorrer o descumprimento de obrigações impostas por outras medidas cautelares. O juiz ou o tribunal que decretou uma medida cautelar – como a prisão preventiva – reexaminará a decisão, obrigatoriamente, a cada 60 dias.

➔ Crimes que envolverem **violência doméstica** e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência também poderão levar a prisão preventiva, para garantir a proteção urgente à vítima.

➔ Passa de 70 para 80 anos a idade em que pessoa submetida a prisão preventiva poderá pedir a conversão em **prisão domiciliar**. Nos casos de portadores de doença grave, de gravidez a partir do sétimo mês em gestação de alto risco ou de o preso ser o responsável por menores de seis anos ou pessoas com deficiência que precisarem de cuidados especiais, a prisão preventiva também poderá ser substituída pela prisão domiciliar.

➔ Havendo urgência, o **juiz poderá requisitar a prisão por e-mail**, fax ou telefone. Atualmente, o código, velho de quase sete décadas, prevê apenas o uso do telegrama (se o crime admitir fiança) e do telefone (se for infiançável).

Medidas propostas em 2001

Os sete projetos de alteração do Código de Processo Penal apresentados pelo Executivo em 2001, à exceção de um, já foram transformados em lei ou estão em fase adiantada de tramitação

Proposta	Assunto	Situação
PL 4.203/01 (PLC 20/07 no Senado)	Altera o funcionamento do tribunal do júri para criar a instrução preliminar, antes do recebimento da acusação e da pronúncia, simplificando o desaforamento e a instrução em plenário.	Transformado na Lei 11.689/08
PL 4.204/01	Altera dispositivos relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva.	Aguarda votação no Plenário da Câmara desde 2002
PL 4.205/01 (PLC 37/07 no Senado)	Impede a condenação fundamentada em provas colhidas na investigação, salvo em algumas hipóteses, alterando a sistemática da perícia e da audiência de testemunhas.	Transformado na Lei 11.690/08 (vetada parcialmente)
PL 4.206/01 (PLC 08/09 no Senado)	Modifica recursos e ações de impugnação.	Aprovado pela Câmara, está na CCJ do Senado
PL 4.207/01 (PLC 36/07 no Senado)	Modifica dispositivos sobre a suspensão do processo e os procedimentos.	Transformado na Lei 11.719/08 (vetada parcialmente)
PL 4.208/01 (PLC 111/08 no Senado)	Altera dispositivos sobre prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.	Aprovado com alterações pela Câmara e pela CCJ do Senado. Está no Plenário do Senado.
PL 4.209/01 (PLC 205/08 no Senado)	Altera dispositivos relativos à investigação criminal.	Aprovado pela Câmara, está na CCJ do Senado

relações exteriores

Parlasul define representação em 30 dias

Grupo de trabalho vai estabelecer critérios para fixar o número de cadeiras reservadas a cada país a partir de 2011

O critério de proporcionalidade que determinará o número de cadeiras reservadas a cada país no Parlamento do Mercosul (Parlasul), a partir de 2011, deverá ser estabelecido dentro de um mês. Esse foi o prazo concedido pela Mesa diretora do parlamento a um grupo de trabalho criado para essa finalidade e composto por parlamentares e assessores da Venezuela e dos quatro países fundadores do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Até o momento, cada um dos países fundadores conta com 18 parlamentares, independentemente da população. A Venezuela, em fase de adesão, é representada hoje por nove parlamentares, com direito a voz, mas não a voto. A definição do critério de representatividade esbarrava até o momento na resistência das bancadas dos países menores, especialmente a do Paraguai, em negociar o tema.

– Já é um começo; pelo menos agora temos uma data limite – celebrou o vice-presidente brasi-

leiro do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

O número máximo ainda está longe do previsto em uma proposta apresentada em 2007 pelo deputado, segundo a qual o Brasil teria 75 parlamentares; a Argentina, 33; e a Venezuela, 27. Para-

guai e Uruguai manteriam seus 18 parlamentares. Uma proposta apresentada no ano passado pela Argentina também indicava o teto de 75 parlamentares, mas ampliava as bancadas argentina e venezuelana para 43 e 31.

O grupo de trabalho será res-

ponsável por uma solução negociada com base nas três propostas oferecidas. Mas a própria criação do grupo só ocorreu a partir de compromisso firmado com a representação paraguaia, destinado a ampliar o grau da chamada supranacionalidade do Mercosul.

Duas propostas nesse sentido constam do acordo político: uma agenda de trabalho destinada à criação de um tribunal de justiça do Mercosul e a modificação do Protocolo de Olivos, para dotar o Tribunal Permanente de Revisão de novas atribuições.



Mercadante (ao microfone), Tuma, Inácio Arruda e Pedro Simon participaram das reuniões do Parlasul: relações entre Brasil e Paraguai também foram discutidas

Mais transparência na tramitação de acordos

Os países que integram o Mercosul poderão ter de divulgar, por meio da página na internet da Secretaria do Mercosul, o estágio da incorporação à legislação nacional de cada acordo firmado pelo bloco. A obrigatoriedade consta de projeto de parlamentar argentino Adolfo Rodríguez Saá, aprovado na segunda-feira pela Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento do Mercosul. O projeto ainda terá de ser analisado em Plenário.

A informação a ser prestada envolverá não só as normas já incorporadas, mas também aquelas em processo de incorporação – ou seja, as ainda não enviadas ao Legislativo e as que tramitam

nas Casas legislativas.

– Existem alguns acordos, como o protocolo de adesão da Venezuela, que todos sabem como está. Mas há outros sobre os quais ninguém tem conhecimento – disse Saá.

Para que os acordos firmados pelos países do Mercosul entrem em vigor, é necessária a sua aprovação pelos legislativos dos integrantes do bloco. Somente então as medidas relativas

ao processo de integração passam a integrar a legislação de cada país e a valer no dia-a-dia das suas populações.

Mesquita Júnior quer reunir jardins botânicos

Com o objetivo de celebrar os

50 anos da capital do Brasil, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apresentou ao Parlamento do Mercosul a proposta de realização em Brasília, em 2010, de seminário com representantes dos principais jardins botânicos dos países do bloco.

Segundo a proposta, a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo delegará ao Jardim Botânico de Brasília a atribuição de organizar e sediar o evento. A iniciativa poderia contar com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

– No ano que vem, Brasília vai completar 50 anos e será palco de diversas festividades. Tenho certeza de que a capital brasileira receberá muito bem a realização desse seminário.

Hamed pede Mercosul com face humana

A presidência *pro tempore* paraguaia, ao longo do primeiro semestre deste ano, vai procurar dar ao Mercosul um “rostro mais humano”, disse o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed Franco.

– A presidência *pro tempore* do Mercosul de 2009 não é uma a mais para a República do Paraguai, mas constitui para nós um momento de verdade histórica, onde o Mercosul ingressa na idade adulta e nosso país vive um novo momento político transcendente – disse Hamed, em referência aos 18 anos do Tratado de Assunção, neste mês, e à eleição de Fernando Lugo para a Presidência do Paraguai.

Ao apresentar as prioridades de seu país para este semestre, o ministro anunciou que em breve serão iniciadas as atividades do Instituto Social do Mercosul, que poderá servir como “caixa de ressonância das inquietudes dos setores sociais” e colaborar na superação das diferenças econômicas e sociais entre os países que integram o bloco.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou as prioridades anunciadas por Hamed.

– O Paraguai dará seguramente um impulso novo à integração – afirmou.

Relações entre Brasil e Paraguai em debate

A portas fechadas, logo após o encerramento da 16ª sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed Franco, e dois parlamentares brasileiros – o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e o deputado Dr. Rosinha – debateram os temas mais sensíveis das atuais tensas relações entre os dois países.

Estiveram em pauta assuntos como a situação dos chamados brasiguaios (brasileiros que vivem no Paraguai e temem perder suas terras), as reivindicações paraguaias de maiores benefícios pela cessão de sua parte da energia da hidrelétrica de Itaipu, o estabelecimento do critério de representatividade para definir o tamanho das bancadas de cada país no Parlamento do Mercosul e a instituição de organismos supranacionais, como um tribunal de justiça com decisões vinculantes.

– Ele mais ouviu do que se comprometeu – disse Mercadante.

O estabelecimento de um tribunal de justiça do bloco, adiantou o senador, deverá ser debatido em uma audiência pública do Parlamento, provavelmente em maio, com a presença de presidentes dos supremos tribunais dos países do Mercosul.

Divulgação permitirá determinar onde estão os “gargalos”

CRE aprova três embaixadores e elege vice-presidente

As indicações presidenciais dos novos embaixadores no Azerbaijão, Paulo Antonio Pereira Pinto, na Nova Zelândia, Renata Stille, e na Armênia, Marcela Maria Nicodemus, foram aprovadas na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A comissão também elegeu o seu vice-presidente, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Ele sugeriu que o colegiado mantenha um diálogo mais constante não só com os embaixadores indicados, mas também com aqueles que já se

encontram em outros países.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), por sua vez, pediu que a CRE se aprofunde no debate sobre temas como direitos humanos, crise econômica e defesa da democracia. Já Tião Viana (PT-AC) sugeriu um grande debate, em Manaus, a respeito da visão estratégica do Brasil com relação à Amazônia.

Situação de brasileiros que estão no exterior

Preocupados com a crise financeira global, os senadores querem saber o que o Brasil

está fazendo para acompanhar a situação dos brasileiros que vivem e trabalham no exterior. Para tanto, aprovaram solicitação do presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para a realização de audiência pública com o subsecretário-geral do Itamaraty para as comunidades brasileiras no exterior, embaixador Otto Maia.

Azeredo se disse apreensivo com a situação dos emigrantes brasileiros que vivem no Japão e nos Estados Unidos, países bastante atingidos pela crise financeira.

debates

Meta do governo é investir 1,5% do PIB em pesquisa

O aumento do número de projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com governos estaduais tem contribuído para uma maior descentralização dos centros de pesquisa e fortalecido a concessão de bolsas de pós-graduação e de apoio à pesquisa. Esse foi o balanço do ministro Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo Rezende, o ministério tem como foco a expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a promoção de parcerias com empresas, o apoio a pesquisas em áreas estratégicas e a geração de conhecimentos para o desenvolvimento social.

Rezende informou que os investimentos do governo em ciência e tecnologia estão em torno de 1,2% do PIB e a meta

é chegar a 1,5%.

– Em valor absoluto, recursos têm aumentado, até porque o PIB tem aumentado – disse, informando que os investimentos dos países desenvolvidos variam entre 2% e 3% do PIB.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Cícero Lucena (PSDB-PB), Lobão Filho (PMDB-MA) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defenderam a ampliação de investimentos públicos em pesquisa nas regiões Norte e Nordeste.

Lobão Filho manifestou preocupação em reter no país os pesquisadores que fazem pós-graduação no exterior.

Já Flávio Arns (PT-RR) defendeu a difusão do conhecimento em todos os níveis escolares e não apenas nas universidades. A experiência de Minas Gerais, que já conta com 100 centros tecnológicos, foi ressaltada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Audiência pública na CDH discute racismo e políticas afirmativas

O Brasil deveria tratar “com dignidade” as diferenças dos povos indígenas. A afirmação foi de Rosani Fernandes, representante dos povos caingangue, de Santa Catarina, e da reserva Mãe Maria, do Pará, em debate na quarta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Requerido pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), o encontro discutiu o encaminhamento das propostas aprovadas na Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em Durban (África do Sul), em 2001. Entre os dias 20 a 24 de abril próximo, em Genebra, na Suíça, será realizada conferência de avaliação da implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban.

O representante da Coordenação Nacional das Entidades

Negras, Marcos Cardoso, o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Vieira Abramovay, o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos de Souza, e a representante da Divisão de Direitos Humanos do Ministério de Relações Exteriores, Márcia Maria Adorno Ramos, defenderam a proteção igualitária a todos os brasileiros pelo Estado, e que isso pressupõe, em algumas circunstâncias, tratamento diferenciado às pessoas, como o que estabelece o projeto de lei da Câmara (PLC 180/08) que define cotas raciais para ingresso nas universidades, em exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

CPI da Pedofilia quer ação contra delegadas

Membros da comissão estiveram em Catanduva investigando rede criminosa que teria abusado de mais de 40 crianças na cidade

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia entrará com uma representação contra a delegada Rosana da Silva Vanni, de Catanduva (SP), para que ela seja investigada. Segundo o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), a delegada admitiu, em depoimento à comissão, que avisara o advogado de um dos suspeitos de pedofilia naquela cidade – um médico – sobre a ação de busca e apreensão que a polícia realizaria na casa dele.

– Na prática, é como se ela tivesse mandado esse suspeito, que é um dos principais acusados, limpar a casa. As provas desapareceram – declarou Magno Malta, referindo-se ao

computador do médico.

Rosana Vanni e a delegada Maria Cecília Castro Sanches, responsáveis por investigações sobre o caso, foram afastadas dos inquéritos, que estão sendo conduzidos por autoridades policiais de São José do Rio Preto (SP).

A CPI foi a Catanduva na semana passada para investigar a existência de uma rede de pedofilia. Além dos depoimentos que já estavam agendados, os membros da comissão foram procurados por familiares de possíveis vítimas que ainda não haviam feito as denúncias. Romeu Tuma (PTB-SP), vice-presidente da CPI, e José Nery (PSOL-PA) também estiveram na cidade.

– A presença [da CPI] fortalece

a convicção de que os fatos serão investigados e de que haverá punição para os envolvidos – afirmou Nery.

O médico acusado de integrar o esquema de pedofilia deveria ter deposto na quinta-feira à comissão, mas não compareceu – assim como um empresário também suspeito de participar da rede.

Na quarta-feira, foram ouvidos os pais de uma vítima de oito anos. “O casal pediu para depor mascarado, sigilosamente”, relatou Tuma.

Também foram ouvidos Geraldo Corrêa e Edmilson Sidney Marques, que teriam sido os primeiros a desconfiar da existência da rede de pedofilia.



Daniel Cara, Wellington Faria, Demostenes Torres, presidente da CPI, Demétrio Magnoli e Helderli Alves: não há consenso

Ministro debaterá na CCJ cotas raciais em universidades

O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos de Souza, deve participar nesta quarta-feira do terceiro e último debate promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o sistema de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades. O convite ao ministro foi proposto por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Do debate da semana passada participaram William Douglas, co-

ordenador do Educafro (Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes); Augusto Werneck, do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil; o representante da ONG Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; Wellington Faria, da Coordenação Nacional do Movimento dos Sem Universidade; pelo Fórum da Educação Indígena, Rosani Kaingang; o cientista político Bolívar

Lamounier; Demétrio Magnoli, escritor; Francisco Jhony Rodrigues Silva, presidente do Fórum Afro da Amazônia; Vera Fávero, coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina; e Helderli Castro de Sá Alves, presidente da ONG Nação Mestiça. Assim como os debatedores, cinco dos quais a favor e os outros contra, os senadores estão divididos sobre o polêmico projeto.

ambiente legal

Desmatamento torna o ar irrespirável

Uma pesquisa realizada pela Fiocruz em Alta Floresta e Tangará da Serra (MT) conclui que os moradores do chamado “arco do desflorestamento”, onde se concentram os

desmates na Amazônia, estão expostos, devido às queimadas, a um índice de poluição até 17 vezes maior que o tolerado pela Organização Mundial da Saúde.

Menor capacidade pulmonar de crianças e adolescentes

O estudo da Fiocruz constatou um aumento no número de consultas e internações hospitalares por doenças respiratórias e redução expressiva na capacidade pulmonar de crianças e adolescentes. A poluição nos períodos críticos das queimadas atinge níveis “muito mais elevados” que os observados em grandes regiões metropolitanas.

Florestas mais devastadas

Novo levantamento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) revela que 200 quilômetros quadrados de florestas estão sendo dizimadas por dia no mundo. Entre 2000 e 2005, o planeta perdeu 7,3 milhões de hectares de florestas. A FAO alerta que, na América do Sul, o desmatamento não deve ser reduzido nos próximos anos.

Cão é amigo também da reciclagem

Em duas caminhadas diárias, um cão labrador recolheu para reciclagem 26 mil garrafas de plástico em seis anos no País de Gales, segundo cálculos de sua dona, Sandra Gilmore. O labrador Tubby junta, em média, seis garrafas encontradas no chão, para depois esmagá-las com a boca.

Acordo inédito para a redução de gases

No primeiro acordo do gênero feito entre países sob o Protocolo de Kyoto, o governo do Japão fechou um entendimento com a Ucrânia para comprar direitos de emissão de carbono.

O valor da compra não foi divulgado, mas a Ucrânia deverá entregar ao Japão 30 milhões de toneladas de AAUs, unidades correspondentes à redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Céu fica mais escuro no mundo

À exceção da Europa, o céu ficou mais escuro em praticamente todo o mundo nas últimas décadas em decorrência da contaminação do ar. A conclusão é de estudo recente publicado na revista *Science*.

debates

JOSÉ CRUZ/ABR



Índios acompanham no Supremo julgamento da ação de demarcação das terras da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima

Decisão do STF vai gerar desterro, diz Mozarildo

Senador afirma que brasileiros viverão desterro em sua própria terra após ordem do Supremo para que 500 famílias de arroteiros desocupem reserva

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a demarcação contínua das terras da reserva indígena Raposa Serra do Sol vai gerar uma situação de desterro de brasileiros em sua própria terra. Ele se referiu especificamente à ordem dada por aquela corte para que as 500 famílias de arroteiros que vivem na reserva desocupem a área.

– Coisa parecida só se viu no tempo do Hitler, na Alemanha, e do Stalin, na Rússia – protestou.



Mozarildo frisa que sempre defendeu a demarcação em moldes coerentes com a diversidade de etnias

O senador fez um detalhado histórico da demarcação daquelas terras, frisando que nunca

foi contra a demarcação da reserva, mas que sempre defendeu tal medida em outros moldes, coerentes com a diversidade de etnias indígenas que convivem naquela localidade. Ele disse que pedirá ao presidente do Senado que o indique para acompanhar, oficialmente, a execução da ordem de retirada das 500 famílias

de agricultores com o propósito de garantir a integridade e o respeito a essas pessoas.

Supremo confirma demarcação contínua de reserva

O Supremo Tribunal Federal concluiu na quinta-feira o julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Por dez votos a um, os ministros decidiram manter a demarcação em área contínua, conforme portaria do Ministério da Justiça. O

juízo havia sido suspenso em dezembro, por pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello, único a votar contrariamente. O relator, ministro Carlos Ayres Britto, definirá agora como será a retirada dos não índios. O STF também fixou 19 condições para a criação de futuras

reservas, a fim de resguardar o interesse nacional.

Demarcada em abril de 2005, por decreto do presidente Lula que homologou a portaria, a reserva tem área de 1.747.464 hectares e está localizada em zona de fronteira (com Venezuela e Guiana).

Mesquita Júnior quer ensino obrigatório de espanhol

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu a instituição do espanhol como segunda língua do Brasil, passando seu ensino a ser obrigatório no sistema escolar nacional, com o inglês tornando-se opcional. O senador mencionou a integração sul-americana, aproveitando para manifestar posição a favor da aprovação da inclusão da Venezuela como membro permanente do Mercosul.

– Isso [o ensino de espanhol] facilitará o processo de integração, que, daqui a 15 anos, estará muito mais avançado – justificou Mesquita Júnior.

Raupp destaca ações em favor dos municípios

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) citou duas iniciativas do poder público que considerou importantes para ajudar a organizar e imprimir racionalidade e austeridade às finanças municipais. O parlamentar elogiou a edição da medida provisória (MP 457/09) que permite aos municípios parcelar débitos de contribuições sociais para financiamento da Seguridade Social. Valdir Raupp também destacou palestras e oficinas de trabalho promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Serys ressalta crescimento da produção de alimentos em MT

O crescimento da produção de alimentos e a implantação de políticas públicas em Mato Grosso foram destacados por Serys Shlessarenko (PT-MT). A senadora citou atividades realizadas e visitas a projetos em nove municípios das regiões sul e médio-norte do estado. Ela ressaltou o avanço da ocupação do território de Mato Grosso e a disposição da população.

– Lá encontramos brasileiros dos mais diversos cantos, todos com a disposição firme de fazer do nosso estado um celeiro de produção de alimentos para o mundo. Sofre com a crise, pois produz muito para exportação, mas continua avançando rapidamente – afirmou.

A senadora registrou reunião realizada no município de Sinop, entre os dias 12 e 16, para tratar da coordenação das ações dos governos federal, estadual e municipal com o objetivo

de viabilizar a recuperação da malha de estradas vicinais em Mato Grosso e buscar a implementação conjunta de políticas visando à disseminação do sistema agropastoril no estado.

– Não basta apenas asfaltar as estradas. Temos que fazer um trabalho de integração entre sociedade e governo – frisou Serys.

Ela lembrou ainda reuniões realizadas em Bom Jesus do Araguaia, onde está sendo implantado o programa Luz Para Todos. Conforme a senadora, o estado já cumpriu cerca de 80% das metas do programa.

Serys também lamentou que o deputado Clodovil Hernandes, falecido no dia 17, não tenha tido a oportunidade de acompanhar a aprovação, na CCJ, de projeto de sua autoria (PLC 115/07) que autoriza o enteado a adotar o sobrenome do padrasto ou da madrastra.

Lúcia Vânia manifesta “otimismo contido” sobre o futuro do país

Goiás vem se destacando em relação aos outros estados no número de empregos criados, apesar da crise financeira mundial, afirmou Lúcia Vânia (PSDB-GO).

De acordo com a senadora, das 9.179 vagas celetistas criadas em fevereiro, 8.058 foram em Goiás, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Lúcia Vânia disse que foi o setor de serviços que gerou o maior número desses novos empregos, seguido da indústria de transformação e da agropecuária. A senadora registrou ainda que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que, nos últimos 12 meses, o número de novos empre-

gos em Goiás chegou a 34.406, o terceiro melhor resultado entre os estados brasileiros.

Ela observou, contudo, que não é mais possível continuar com o ufanismo de alguns meses atrás, quando se dizia que a crise não chegaria ao Brasil:

– Mas podemos dizer que a forma com que a crise nos atingiu não será o fim do mundo – completou.

A senadora afirmou que o Brasil pode manter um otimismo contido, apoiando políticas públicas e decisões que venham ao encontro da preservação do emprego e do nível de consumo da população. Essas condições, na avaliação de Lúcia Vânia, podem trazer reflexos na produção industrial.

Heráclito: promessas do governador do Piauí geram falsas expectativas

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou estar preocupado com “a criação de falsas expectativas da população de seu estado diante das promessas levianas feitas pelo governador do Piauí, Wellington Dias”.

De acordo com o senador, o governador prometeu construir cinco hidrelétricas e dois aeroportos internacionais no estado. No entanto, lembrou Heráclito, Tiago Pereira Lima, futuro diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) – que teve seu nome aprovado para o cargo na última quinta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) –, declarou que “não há nada concreto” sobre a construção de hidrelétricas ou portos no Piauí, e que “existem apenas estudos” sobre tais projetos.

O senador também afirmou que muitas das obras que o governador diz terem sido feitas em sua gestão foram, na verdade, realizadas em administrações anteriores.

Heráclito também disse que a crise financeira mundial já atingiu o Brasil em “caráter definitivo”. Na opinião do parlamentar, os efeitos dessa crise vão afetar de forma mais intensa as administrações municipais e estaduais.

Ele afirmou ainda que a arrecadação de impostos começou a diminuir e que a inadimplência aumentou.

Heráclito sugeriu que o Ministério da Fazenda chame os secretários municipais e estaduais para discutir a crise financeira e, juntos, encontrar soluções para enfrentá-la.

institucional

Senado Cultural apresenta atividades nesta quarta

Divulgação de eventos que acontecerão até o fim do ano será na Presidência, onde também haverá assinatura de convênios com entidades

A apresentação das atividades do Senado Cultural para o ano de 2009 será feita nesta quarta-feira, às 11h30, na sala de reuniões da Presidência.

O presidente José Sarney assinará convênios com diversas entidades que estabeleceram parcerias para a realização dos eventos que ocuparão os principais espaços da Casa até o final do ano.

Os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE), coordenadores do programa, deverão apresentar a nova logomarca, a vinheta e a página do Senado Cultural. Será lançado o edital do projeto Pratas da Casa, com o regula-

mento para que os servidores do Senado possam se inscrever para participar dos diversos *shows* que serão realizados até o final do ano.

Durante o mês de abril, será realizada uma palestra com Joãozinho Trinta e, em homenagem a dom Hélder Câmara, será lançada a reedição de *O Artesão da Paz – Dom Hélder Câmara*. Também haverá uma sessão especial alusiva ao seu centenário, uma exposição e a exibição do filme *Dom Hélder Câmara – O santo rebelde*.

Está prevista ainda a abertura da exposição *Clarice Lispector – A hora da estrela*, uma parceria com o Museu da Língua Portuguesa.

Portal de informações do governo será lançado em maio

O Portal LexML – rede de informação legislativa e jurídica na internet – será lançado no dia 19 de maio com 1 milhão de documentos disponíveis, segundo informou o diretor-adjunto da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), Deomar Rosado.

– Será o Google da legislação brasileira, com a diferença de que será mais rápido porque é mais específico. Com três cliques, o usuário terá o texto que procura na tela do seu computador – explicou Deomar.

O LexML Brasil é um portal (lexml.gov.br) inspirado em experiência italiana. Seu principal objetivo será facilitar o acesso, pela internet, a textos de leis,

decretos, acórdãos e súmulas.

A legislação produzida nas esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil será incluída na rede.

O anúncio foi feito na semana passada em reunião da Comunidade TIControl – grupo de trabalho de tecnologia da informação e controle que organiza os dados, integra-os e os disponibiliza aos cidadãos através dos diversos portais de órgãos do governo na internet.

O grupo é formado por diretores e secretários de Tecnologia da Informação e de Diretores e secretários de Documentação e Informação de 18 órgãos federais.

presidência



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na semana passada o secretário-geral da Conferência Ibero-Americana, Enrique Iglesias. No encontro, eles trataram das ações culturais que serão desenvolvidas pelo organismo em 2009, nas quais

o Brasil terá participação, e da crise financeira mundial. Iglesias afirmou que a crise atingiu mais tarde a América Latina porque encontrou a região com políticas econômicas boas.

Ele disse acreditar, no entanto, que os países latino-americanos demora-

rão mais para superar a situação.

A Secretaria Geral Ibero-Americana, que tem sede em Madri, foi criada em 2003 e constitui órgão permanente de apoio institucional e técnico à Conferência Ibero-Americana e à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo.

JAPÃO

O embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanouchi, encontrou-se com José Sarney para tratar do crescimento do comércio entre os dois países. Ele afirmou que, entre 2007 e 2008, os investimentos japoneses no Brasil aumentaram quase nove vezes.

A conversa, de acordo com o embaixador, destinou-se a celebrar a crescente cooperação entre esses países no cenário global e o crescimento de 45% no comércio bilateral no ano passado. O embaixador ressaltou também o sucesso das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil, promovidas em 2008.

PRECATÓRIOS

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, pediu a José Sarney pressa do Senado na votação da proposta de emenda à Constituição que disciplina o pagamento dos precatórios – dívidas decorrentes de sentenças judiciais sem direito a recurso (PEC 12/06).

Kassab afirmou que os municípios estão com milhares de precatórios e que, em São Paulo, a cifra a ser paga é de aproximadamente R\$ 5 bilhões. A vontade entre a maioria dos prefeitos, disse, é pagar essas dívidas de acordo com as limitações que os orçamentos municipais impõem e de forma organizada.

TRANSPLANTE

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o presidente do Hospital Israelita Albert Einstein, Cláudio Luís Lottenberg, com quem conversou sobre o programa de transplantes hepáticos desenvolvido pela instituição, responsável por 25% dos transplantes desse tipo feitos no Brasil. Lottenberg disse que o Albert Einstein propõe-se a capacitar outros centros hospitalares pelo país na realização dessa cirurgia. Lottenberg também louvou qualquer iniciativa capaz de aproximar o Senado da Confederação Israelita do Brasil.

Vocabulário esclarece casos omissos da nova ortografia

A Academia Brasileira de Letras (ABL) lançou na semana passada uma publicação fundamental para dirimir dúvidas sobre a reforma ortográfica em vigor desde 1º janeiro: a quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp)*.

Na quinta-feira, o presidente da ABL, Cícero Sandroni, entregou ao 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), um exemplar do novo Volp. No mesmo dia, a publicação foi tema de discurso do senador Marco Maciel (DEM-PE).

– Com esse trabalho, a ABL traz contribuição relevante ao sonho de unificação ortográfica acalentado por tantos filólogos portugueses e brasileiros. Assim,

a língua portuguesa poderá se projetar ainda mais no cenário mundial – afirmou Marco Maciel, que é membro da ABL, assim como o presidente do Senado, José Sarney.

O Volp tem 887 páginas e contém 349.737 vocábulos, além de cerca de 1.500 estrangeirismos. O trabalho de elaboração foi coordenado pelo filólogo e acadêmico Evanildo Bechara. Em videoconferência na terça-feira, transmitida pela internet da sede da ABL, no Rio de Janeiro, Bechara classificou o Volp como um “léxico exaustivo da língua documentada por escrito” e disse que o trabalho foi realizado “rigorosamente dentro de uma orientação científica”, antes de

explicar que, em alguns casos, foi necessário ler o acordo ortográfico “nas linhas, nas entrelinhas, no seu espírito”.

– Nós não fizemos uma contradição ao acordo, nós apenas o suplementamos naquilo que ele tinha deixado uma parte na penumbra – ressaltou.

Assim, o Volp à primeira vista traz exceções a mudanças feitas pelo acordo ortográfico. É o caso das palavras “destróier” e “Méier”, que conservam o acento, embora ele tenha caído para as paroxítonas com os ditongos “oi” e “ei”. A justificativa para restabelecer o acento, segundo Bechara, é fazer prevalecer a regra geral de acentuação dos vocábulos terminados em “r”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado:

Alexandre Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Como conter a violência nos estádios?

Eficácia e legalidade da proposta do governo de criar carteirinha de identificação para os torcedores são alvo de grande polêmica

A violência nos estádios é um fenômeno mundial. No Brasil, a situação preocupa os organizadores da Copa do Mundo de 2014.

O governo acha que a solução é criar uma carteirinha que identifique os torcedores. Essa medida vai evitar a violência das torcidas organizadas? Caso contrário, o que poderia ser feito? O Brasil tem condições de receber

bem os turistas na Copa?

A entrevista especial do *Conexão Senado* vai discutir essas questões com senadores e especialistas.

Conexão Senado

Senado FM e OC

23/2, segunda-feira, às 8h

Internet: 23/3, segunda-feira



Segurança em estádios de futebol é preocupação do governo federal, empenhado na organização da Copa de 2014

América Latina – e o Brasil – na mira da alemã Deutsch Welle

O público da América Latina é o mais recente foco de interesse da empresa internacional de comunicação alemã Deutsch Welle. E o Brasil, que emerge no cenário mundial como país de destaque, demanda um esforço especial. É o que contam Andrea Hugeman, executiva de vendas e distribuição da DW para a América; Laís Kalka, chefe do serviço de notícias *online* em português; e Rodrigo Abdelmalack, redator do serviço *online* em português brasileiro da empresa.

Os três estiveram no Brasil para uma verdadeira ofensiva de reforço das parcerias já existentes e para a abertura de novos negócios. E são eles

os entrevistados do *Estação da Mídia*.

A DW é uma companhia de comunicação trimídia: atua com rádio, televisão e conteúdos para internet e opera como entidade de direito público. Ou seja, não é uma estatal alemã, mas uma empresa que capta recursos com seus produtos e também tem financiamento estatal. Atuante desde 1953, a Deutsch Welle, hoje, produz notícias sobre a Alemanha e o mundo em 30 idiomas.

Estação da Mídia

Senado FM

24/3, terça-feira, às 7h30

Internet: 24/3, terça-feira

O psicopata pode estar ao lado

Inteligente, sedutor, manipulador e sem culpa pelo mal que faz. Essas são algumas características do psicopata. Podem não ser pessoas criminosas, mas perigosas, com certeza. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*, livro da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, mostra como reconhecer um psicopata e protegê-lo, evitando ser mais uma de suas vítimas. Na Rádio Senado, a psiquiatra vai falar sobre o livro e sobre os casos que a levaram a escrevê-lo.

Pergunte ao Doutor

Senado FM

25/3, quarta-feira, às 7h30

Internet: 25/3, quarta-feira

Progressão de regime penal em debate

Prevista na legislação penal, a progressão de regime beneficia presos que tenham cumprido pelo menos um sexto da pena. No caso de crimes hediondos, a exigência é de dois terços da pena.

Com a progressão, o condenado passa a cumprir a pena em regime semiaberto ou mesmo aberto. O objetivo é permitir a readaptação do preso à vida em sociedade. No entanto, alguns especialistas propõem o endurecimento das penas, avaliando que a progressão reforça a impunidade.

Quem discute o assunto no programa *Fique por Dentro da Lei* é o defensor público do Distrito Federal Márcio Pinho de Carvalho. Ele aproveita para tirar dúvidas de um ouvinte de Bauru (SP), que cumpre pena de 11 anos de detenção e alega já ter direito ao regime semiaberto.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC

23/3, segunda-feira, às 10h

Internet: 23/3, segunda-feira

Os bancos brasileiros diante da crise

Por que os bancos brasileiros não foram tão afetados pela crise quanto os bancos dos Estados Unidos e da Europa?

Para analisar a questão, o *Senado Economia* convidou o economista Dércio Munhoz,

professor da Universidade de Brasília (UnB).

Senado Economia

Senado FM

23/3, segunda-feira, às 7h30



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Rombo na Previdência

"Faço aqui um apelo a todos os senadores para que pensem nos seus parentes e amigos aposentados. Só assim terão uma noção exata do absurdo praticado pelo governo Lula, de aumento de 5,92% para quem ganha qualquer mixaria acima do mínimo, metade do que foi aplicado ao salário mínimo. Tudo isso com a desculpa de não ter condições de bancar o aumento real. No mesmo dia, anuncia que vai facilitar as dívidas dos municípios com a Previdência: um rombo de uns R\$ 15 bilhões. Já os aposentados morrem nas filas do SUS, morrem de humilhação."

José Ferreira Lima, de Alvinópolis (MG)

Elogio a Simon

"Parabenizo o senador Pedro Simon por apontar os escândalos e as injustiças do país. Segundo ele, as maiores injustiças são as dívidas com os aposentados do INSS."

Zenilton da Silva Mira, de Salvador (BA)

Aposentados

"Sugiro a aprovação de um projeto que vise diminuir a idade e o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria, uma vez que quando a pessoa se aposenta, não consegue desfrutar do dinheiro, pois está muito idosa e cansada."

Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)

Nota da Redação: O assunto deve ser objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC), como já aconteceu em 1998 e 2003, quando foram aprovadas reformas da Previdência. Mas há outros projetos em discussão, entre eles a PEC 10/08, do senador Paulo Paim, que reduz a idade e o tempo de contribuição para aposentadoria.

Burocracia

"É excelente que o Executivo esteja empenhado em diminuir a burocracia da máquina estatal, conforme a edição de 9 a 15 de

fevereiro de 2009 do **Jornal do Senado**. Lamentável foi a reportagem, que se preocupou em eleger as serventias notariais como as verdadeiras e únicas vilãs, seja pela prática de atos tidos como desnecessários, seja pela renda que auferem. Questiono o porquê de o Executivo não incluir nas propostas para diminuir a burocracia a revisão dos procedimentos adotados pelos órgãos da administração direta e indireta do governo federal, muitas vezes práticas simples. É o caso de conseguir informações e certidões junto ao INSS, Incra, Ibama, onde, devido à burocracia, as respostas nem sempre são céleres."

Mateus Colpo, de Matupá (MT)

N.R.: A reportagem se concentrou no caso dos cartórios porque eles respondem por uma importante parcela da burocracia a que o brasileiro é submetido diariamente. Sobre o governo, o decreto presidencial inclui medidas e programas destinados a tentar estimular a eficiência e reduzir a aflição do cidadão nas relações com a máquina pública. O INSS há poucas semanas anunciou um projeto para reduzir o tempo de análise e concessão de benefícios. A Receita Federal lançou nesta semana um serviço online para prestar informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas.

Spread bancário

"Graças à excelente matéria publicada neste jornal (9 a 15 de fevereiro de 2009), pude entender o 'bicho-papão' denominado spread bancário e compreender por que o governo faz tanto alarde e nada de positivo para que os bancos reduzam efetiva e substancialmente este percentual: quanto mais alto for, maior será o percentual de impostos, taxas e tributos que o governo arrecadará! Que tal o governo dar o exemplo, reduzindo significativamente o spread bancário aplicado pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal? Quem sabe os demais bancos tomem vergonha e sigam o exemplo."

Osmar Martins Cerioni, de Jarinu (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



A decisão do presidente da Câmara de votar matérias não caracterizadas como projetos de lei ordinária, mesmo com a pauta sobrestada por medidas provisórias, diminui o papel das oposições, causando danos à democracia

Arthur Virgílio, criticando o deputado Michel Temer pela decisão de votar assuntos que não podem ser objeto de MP, como propostas de emenda à Constituição.

As experiências de política de cotas já adotadas por várias universidades do país e pelo Prouni [Programa Universidade para Todos] são suficientes para mostrar a necessidade desse tipo de ação afirmativa

Ideli Salvatti, em apoio ao projeto que estabelece cotas sociais e raciais para estudantes nas instituições públicas.

Se você quer entrar em uma universidade boa, terá que estudar. Sou a favor da cota social para aqueles que não tiveram chance e oportunidade. Se for diferente disso, a decisão irá dividir o país

Wellington Salgado, pela adoção de uma política de cota social, mas não racial.

Não é um erro menor colocar o Paraguai no lugar do Uruguai. É uma vergonha que repercuta internacionalmente de forma negativa para nossa educação, nosso país

Cristovam Buarque, ao pedir que o governo de São Paulo recolha livro didático com mapa da América do Sul que exclui o Uruguai.

Não posso ser bedel de passagem. Cada um assume a responsabilidade por isso

Heráclito Fortes, sobre denúncia de mau uso de passagens aéreas.

Nosso objetivo é modernizar a Casa. Vamos ter, entre outras coisas, uma seleção pelo mérito. Ocupar as diretorias também numa seleção pelo mérito

José Sarney, sobre protocolo assinado com a Fundação Getúlio Vargas para modernizar o Senado.

Os congressistas acabam não se dedicando à simplificação, consolidação e codificação da atual legislação porque cedem à tentação de dar resposta imediatista às cobranças para votar, votar e votar



JOSÉ CRUZ

Geraldo Mesquita Júnior, para quem o Congresso é cobrado a produzir leis quando na verdade há leis em excesso.

Há maus exemplos que nivelam por baixo a Casa junto à opinião pública

José Agripino, defendendo que os líderes definam com clareza e transparência os limites de gastos de cada senador.

Isso me parece um problema gravíssimo e inviabiliza qualquer programa de retomada da construção civil. Esse programa de 1 milhão de casas não vai acontecer sem as pequenas e médias construtoras

Tasso Jereissati, manifestando preocupação com o custo do dinheiro, devido ao alto spread bancário, e com o acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas.



pergunte ao senador

Ricos e pobres na mesma escola

"Quais políticas estão sendo discutidas para enfrentar questões como desigualdades sociais, educação e cultura, fundamentais para que se considere o verdadeiro desenvolvimento de um país. Como o senhor vê todo esse descaso que devora os direitos de milhões de brasileiros? Um país só conquista verdadeiramente a soberania a partir da supressão das mazelas sociais, econômicas e culturais."

Claudovan Freira da Silva, de Capela (AL)



GERALDO MAGELA

O senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)** responde:

Depois de 120 anos, a República ainda está incompleta. Não é uma República um país onde os filhos dos eleitos estudam em escolas diferentes dos seus eleitores. O Brasil não poderá ser considerado um país republicano enquanto não garantir escola pública de qualidade para ricos e pobres. Daí meu projeto para obrigar que parlamentares coloquem seus filhos em escolas

públicas. No Brasil, os filhos dos dirigentes políticos estudam a educação básica em escolas privadas. Isso mostra a má qualidade da escola pública e o descaso dos dirigentes para com o ensino público. Talvez não haja maior prova do despreço para com a educação das crianças do povo, do que ter os filhos dos dirigentes, salvo raras exceções, estudando em escolas privadas. Essa é uma forma de corrupção discreta da elite dirigente e de criação de privilégios. Precisamos de uma revolução na educação. Para isto junte-se a nós do Movimento Educacionista. É injustificada a existência de duas educações: uma para os filhos dos dirigentes e outra para os do povo, como nas antigas monarquias, em que a educação era reservada aos nobres. Você já leu *O que é educacionismo?* Acesse os sites editorabrasiliense.com.br, cristovam.org.br e educacao-ja.org.br.

A preservação começa dentro de casa

Bioarquitetura, arquitetura sustentável e prédios verdes são conceitos trazidos pela necessidade de preservação ambiental e

economia de recursos naturais. Já são realidade no país as edificações que levam em consideração o conceito de sustentabilidade – atender às

necessidades do presente, mas garantindo os recursos naturais que viabilizem condições de vida adequadas às gerações futuras.

Consumo de energia pode cair mais de 80%

A arquitetura passou a incorporar o conceito de sustentabilidade no final da década de 1980 como uma maneira de diminuir os impactos negativos gerados pelo setor da construção civil. Segundo o Worldwatch Institute (WWI) – organização internacional voltada para pesquisas sobre questões ambientais globais –, a construção de edifícios é responsável por 40% do consumo mundial de energia e por 16% da água utilizada no mundo.

A 26ª edição do relatório *State of the world 2009 – Into a warming world* (O estado do mundo 2009 – Em um mundo em aquecimento) do WWI destaca que, na construção de edifícios, um *design* integrado com múltiplas medidas eficientes pode reduzir o uso de energia no mínimo pela metade em comparação aos edifícios convencionais, gerando economia de mais de 80% em alguns casos.

Na década de 1990, Estados Unidos,

Canadá e países da Europa passaram a adotar critérios de avaliação para construções sustentáveis. No Brasil, o sistema de avaliação ambiental de edifícios teve seus métodos adaptados à realidade nacional e o mais difundido é a Certificação Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), do USGreen Building Council (GBC) [Conselho Norte-Americano de Prédios Verdes].

Atualmente, menos de 20% dos em-

preendimentos do país que aguardam a Certificação Leed são residenciais. A principal justificativa das construtoras é o aumento do preço dos imóveis. Mas o diretor-executivo do GBC Brasil, Nelson Kawakami, ressalta que, apesar de os prédios sustentáveis custarem, em média, 5% a mais que os comuns, há uma grande valorização dos imóveis e uma rápida recuperação desse custo adicional com a economia de energia elétrica e água.

No Brasil, existem cerca de 90 prédios ecológicos – desses, 80% comerciais –, a maioria na cidade de São Paulo. Esses empreendimentos costumam contar com elevadores que consomem até 40% menos energia elétrica, vidros isotérmicos para otimizar a iluminação natural sem elevar a temperatura no interior dos espaços e área verde compatível com o tamanho do edifício, entre outros recursos. A taxa de condomínio costuma ter uma redução de até 30%.

Princípios básicos de uma construção sustentável

- Redução do consumo energético
- Redução dos resíduos
- Redução do consumo de água
- Aproveitamento de condições naturais locais
- Avaliação do impacto ambiental
- Reciclar, reutilizar e reduzir os resíduos sólidos
- Inovação

Fonte: Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA)

Lei prevê uso racional de energia

Em 2001, a Lei 10.295 criou a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. A preocupação do governo foi estabelecer níveis máximos de consumo de energia, ou mínimos de eficiência energética, de aparelhos fabricados ou comercializados no país. A legislação determina que fabricantes e importadores são obrigados a adotar as medidas necessárias para que os níveis fixados sejam obedecidos. Outra maneira de reduzir custos em uma casa pode ser a pintura dos telhados de branco. Segundo estudo do Berkeley Lab., laboratório ligado ao Departamento de Energia dos Estados Unidos, pintar telhados e lajes superiores com cores claras reduz a temperatura no interior das edificações em cerca de 6°C, pois o branco reflete até 90% dos raios solares, enquanto a telha cerâmica comum absorve essa mesma porcentagem de calor.

Exemplos no Brasil

Em São Paulo, o empresário Luiz Fernando Lucho vem apostando, desde 2004, na construção de imóveis residenciais aliada à conscientização ecológica. Dono da Ecoesfera, ele salienta que um empreendimento sustentável está baseado em três vertentes: economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo. Algumas das soluções implantadas pela construtora:

- torneiras com temporizador e chuveiros com redutor para a economia de água;
- sistema de captação de água pluvial para uso em áreas externas dos prédios;
- duto para captar o óleo de cozinha;
- energia solar para iluminar áreas comuns dos prédios;
- seleção e reciclagem do lixo;
- o lixo orgânico vira compostagem e adubo.

Em Brasília, apesar das críticas de que o Setor Noroeste não foi baseado em estudos de impacto ambiental da região, a conclusão de toda a infraestrutura do novo bairro está prevista para 2013. De acordo com a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), o setor habitacional foi projetado para ter 29% da área usada para construções, sendo 220 prédios residenciais e 198 comerciais.

As soluções que serão adotadas no bairro:

- a água da chuva será captada e armazenada para reaproveitamento;
- os imóveis serão projetados para obter o maior aproveitamento da luz solar e ventilação natural;
- os chuveiros elétricos serão proibidos. A água será aquecida pela energia solar;
- tubulações nos prédios vão transportar os resíduos para uma miniusina de lixo, onde haverá a separação do material seco e orgânico;
- todos os prédios terão sistema de gás natural encanado.

Consumo energético de condomínio londrino é 58% da média local

Em Londres, o condomínio BedZED – Beddington Zero Energy Development (Empreendimento de Energia Zero) – foi construído seguindo os critérios da sustentabilidade. Pelo menos 15% do material usado para erguer os conjuntos de tijolos e madeira eram reciclados e outros 52% vieram de um raio de 70 quilômetros do canteiro de obras, para evitar as chamadas emissões indiretas (provocadas pelo transporte do material).

No BedZED, que começou a ser habitado em 2002, a quantidade de energia elétrica consumida em cada unidade corresponde a 58% da média de Londres. Outras características do condomínio britânico são:

- uso de placas fotovoltaicas para geração de energia;
- miniestação geradora de energia à base de lascas de madeira;

- 50% da água é tratada, purificada e reutilizada;
- cobertura do telhado com vegetação, o que reduz a necessidade de ar-condicionado;
- aproveitamento da iluminação e ventilação naturais;
- equipamentos sanitários com baixo consumo de água;
- coleta de lixo reciclável.



TELEX4/FLICKR

O BedZed: uso de material de construção reciclado

Projetos de lei

PLS 411/07 do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Acrescenta artigo ao Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01) para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde aguarda parecer do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

PL 3.173/08 da deputada Iriny Lopes (PT-ES)
Prevê que as edificações de uso residencial e não-residencial, viabilizadas por meio da Política Nacional de Habitação e do Programa de Aceleração do Crescimento, ficam obrigadas a instalar sistema de aquecimento de água por energia solar. A proposta já recebeu parecer favorável na Comissão de Minas e Energia da Câmara. Deve passar ainda por mais três comissões antes de ser votada no Plenário e enviada para o Senado.

Saiba mais

Green Building Council Brasil
Alameda Rio Negro, 585, edifício Jaçari, conj. 93
Alphaville – Barueri
São Paulo (SP)
CEP 06455-020
(11) 4191-7805
Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA)

Rua Tabapuã, 479, conj. 62, Itaim Bibi
São Paulo (SP)
CEP 04533-011
(11) 3168-4982
www.asbea.org.br

Universidade Livre da Mata Atlântica (representante do WWI no Brasil)
uma@uma.org.br
www.uma.org.br